

Desafios do governo Lula

Balanço e perspectivas

Lula's government
Balance-sheet and perspectives

nilson Araújo de souza*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.168.007>



Mesa do Seminário “100+50: desafios do governo Lula”. Da esq. para a dir.: economistas Nilson Araújo e Maria Lúcia Fattorelli; engenheiros Allen Habert e Paulo Massoca (coord. Engenharia pela democracia); Alexandre Navarro (Fundação João Mangabeira), e historiador Nathaniel Braia

RESUMO

Este ensaio tem o objetivo de resgatar as principais contribuições apresentadas no Seminário “100+50: desafios do governo Lula”, cujo propósito era diagnosticar os desafios do atual governo. A principal característica desse momento é o fato de que, havendo derrotado nas urnas a extrema direita de caráter fascista que governava o país, o desafio do governo Lula, para continuar reconstruindo e preservando a democracia, é implementar a reconstrução nacional. As contribuições aportadas no seminário podem ser úteis para travar a luta de ideias e subsidiar a definição/implementação de políticas que ajudem a tirar o país da crise. Para condensar e sistematizar as principais contribuições, adota-se um eixo metodológico que consiste em interferir o mínimo possível nas exposições e na postura analítica dos palestrantes. Procura-se deixar o palestrante “falar” no texto, sem abrir mão de uma postura analítica. Ao mesmo tempo que se buscam os pontos convergentes, deixa-se espaço para a controvérsia. Convidaram-se economistas e líderes sindicais e estudantis com apreciações próprias e diferenciadas da política econômica do governo. Uma conclusão fundamental foi a de que o principal entrave conjuntural para o governo Lula vencer o seu desafio mais importante é a elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central. Destacamos três temas presentes no seminário: 1) O Brasil na crise e na transição geopolítica; 2) O desafio da reconstrução nacional do governo Lula; 3) Entraves ao crescimento econômico; 4) O arcabouço fiscal/novo marco fiscal e o investimento.

Palavras-chave: Reconstrução nacional. Taxas de juros. Projeto Nacional de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This essay aims to rescue the main contributions presented in the seminar “100+50: Challenges of Lula’s Government”, which intended to diagnose the challenges of Lula’s government. This current moment main characteristic is the fact that, after having defeated a fascist extreme right that governed the country, Lula’s administration main challenge, for the sake of continuing to rebuild and preserve democracy, is to implement national reconstruction. The contributions made at the seminar may be useful to carry out the conflict of ideas and to subsidize the implementation of policies that can contribute to taking the country out of the crisis. In order to systematize the contributions, we adopted a methodological axis: to interfere as little as possible in the presentations and in the analytical posture of the speakers. We try to let the speaker speak without giving up an analytical posture. Therefore, while convergent points are sought, there is still room for controversy. We invited economists, unions and student leaders with individual, differentiated assessments of economic policy. One fundamental conclusion is that the main cyclical obstacle for Lula’s administration to overcome its more crucial challenges is the high interest rate imposed by the Central Bank. The main themes highlighted in the seminar are 1) Brazil in the context of crisis and in the geopolitical transition, 2) the challenge of the national reconstruction during Lula’s government, and 3) the obstacles to economic growth.

Keywords: National reconstruction. Interest rates. National development project.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio busca resgatar as principais contribuições que foram apresentadas por ocasião do Seminário “100+50: desafios do governo Lula”¹. O evento foi promovido por 15 entidades², entre 24 e 26 de maio de 2023, com a participação de 12 palestrantes entre economistas e líderes sindicais e estudantis, sob a nossa coordenação. Dando sequência à temática do seminário e considerando sua atualidade e pertinência, a revista *Princípios* decidiu realizar este dossiê, sob o título “Desafios do governo Lula: democracia, reconstrução e desenvolvimento”.

O seminário abrangeu três mesas temáticas cuja composição é detalhada a seguir. Mesa 1: O desmonte de Bolsonaro e os primeiros dias do governo Lula, com Adilson Araújo, Guilherme Santos Mello, Nelson Barbosa e Rosa Maria Marques; mesa 2: O arcabouço fiscal e a política de reconstrução nacional do governo Lula, com Rubens Sawaya, Elias Jabbour, Flauzino Antunes, Lucca Gidra Oyagwa e Nelson Marconi; mesa 3: A reconstrução nacional e o novo projeto nacional de desenvolvimento, com palestras de Maria Lúcia Fattorelli, Alexandre Navarro, Allen Habert e Nilson Araújo de Souza³.

O objetivo central do seminário era diagnosticar os desafios que o governo Lula enfrenta ou enfrentará doravante. Consideramos que, nesse sentido, o evento foi bem-sucedido. Todos os palestrantes contribuíram, cada um a seu modo, para a compreensão desse momento complexo da vida nacional. A principal característica desse momento é o fato de que, havendo derrotado nas urnas uma força de extrema direita de caráter fascista que governava o país havia quatro anos, o principal desafio do governo Lula, para continuar reconstruindo e preservando a democracia, é implementar a reconstrução nacional e lançar as bases para o desenvolvimento.

As contribuições são úteis tanto para travar a luta de ideias quanto para subsidiar a definição/implementação de políticas que possam contribuir para tirar o país da crise em que mergulhou nos últimos tempos, particularmente durante o período crítico e turbulento de destruição bolsonarista. Para isso, adotou-se um procedimento metodológico de relato denso de sessões do seminário, interferindo o mínimo possível nas exposições e na postura analítica dos palestrantes. Procura-se deixar, o máximo possível, o palestrante “falar” no texto, com o mínimo possível de interferência deste autor. Assim é que, em lugar de sintetizar as contribuições dos participantes do seminário, o texto abunda em citações das análises apresentadas.

Isso não significa ausência de análise. Esta se faz presente com toda força na forma como o material foi tematizado, sistematizado e organizado. Na qualidade de coordenador

1 O autor registra o agradecimento pela leitura atenta, revisão e edição final do artigo realizada por Nilson Weisheimer.

2 Instituições e entidades que promoveram o seminário “100+50: desafios do governo Lula”: Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, Federação Nacional dos Engenheiros, Engenharia pela Democracia, Fundação Perseu Abramo, Fundação Maurício Grabois/Cátedra Claudio Campos, Fundação João Mangabeira, Fundação Leonel Brizola/Alberto Pasqualini, Instituto Claudio Campos, União Municipal dos Estudantes Secundaristas, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários.

3 Dada a natureza mais livre deste texto, de caráter ensaístico, optamos por não incluir, ao final de cada citação direta de falas dos palestrantes, uma chamada de citação no sistema autor-data. Entretanto, na lista de referências ao final do texto o leitor poderá encontrar a referência completa dos registros audiovisuais de cada mesa, disponíveis no YouTube.

do seminário, considero que essa é a melhor forma de tratar, do ponto de vista analítico, esse material. Ao mesmo tempo que se buscam os pontos comuns, deixa-se igualmente espaço para a controvérsia. Contudo, houve mais pontos em comum do que divergências. Considerando as limitações de espaço para essa comunicação, selecionei quatro grandes temas destacados no seminário, que se transformaram em seções deste texto: 1) o Brasil na crise e na transição geopolítica; 2) o desafio da reconstrução nacional do governo Lula; 3) os entraves ao crescimento econômico; 4) O arcabouço fiscal/novo marco fiscal e o investimento.

2 O BRASIL NA CRISE E NA TRANSIÇÃO GEOPOLÍTICA

Visando tirar lições para o atual momento, este autor analisou o aproveitamento pelo Brasil de condições mundiais que favoreceram a Revolução de 1930: “a reação de Getúlio consistiu em [...] [usar] a crise mundial para adotar um conjunto de medidas a fim de deflagrar a transformação da economia brasileira por meio da industrialização”. Este autor registrou, então, que se atravessa na atualidade uma nova crise estrutural do sistema capitalista mundial e uma nova transição geopolítica com a ascensão da China e o declínio relativo dos EUA. Enfatizou, ainda, o autor deste texto que “essa transição favorece a países como o Brasil”.

Sobre isso, registrou o engenheiro Halen Habert que, “neste momento do planeta, com as contradições que existem, em que se caminha para um mundo multipolar, o Brasil pode beneficiar-se”. Para ele, o Brasil pode, nesse mundo em transição, conquistar ciência, tecnologia e inovação, pois, “no coração da geopolítica mundial, está a questão da ciência, tecnologia e inovação”. Se seguirmos os exemplos anteriores, poderemos aproveitar essas circunstâncias para vencer estes que são os desafios principais do governo Lula: a reconstrução nacional e o assentamento das bases para as transformações estruturais econômicas, sociais, políticas e culturais, ou seja, a retomada do desenvolvimento.

De acordo com vários palestrantes, o governo Lula partiu de uma situação em que um grupo fascista havia chegado ao poder e realizado uma verdadeira destruição do Estado nacional e de suas bases econômicas, sociais, políticas, institucionais, ambientais, culturais, educacionais, sanitária, associada a constantes ameaças e tentativas de golpe. Para Rosa Maria Marques, não ocorreu apenas um desmonte, mas verdadeira destruição: “a destruição do Estado não foi apenas como indutor, incentivador da economia, mas da própria estrutura do Estado”. A destruição na área econômica, segundo Marques, se concentrou, em grande medida, no desabamento do investimento.

Nelson Barbosa partiu da constatação de que houve uma destruição durante o governo Bolsonaro e que, por isso, o primeiro desafio é “recuperar a governabilidade que foi destruída” e “o segundo é reconstruir a economia”, e arrematou: “destruir é rápido, reconstruir leva tempo”.

Conforme indicou Habert, um dos principais alvos da destruição bolsonarista foi o mundo do trabalho, pois, prosseguindo o que havia sido iniciado pelo governo Temer, atacou fortemente a estrutura sindical e a rede de proteção aos direitos trabalhistas: “a arrecadação das entidades sindicais, instrumento de defesa dos trabalhadores, caiu 95%”. Por sua vez, o líder sindical Adilson Araújo afirmou que “os prejuízos dos 4 anos do governo Bolsonaro são incomensuráveis com a implementação de uma agenda ultraliberal [...] [e] extremamente regressiva, que resultou numa tragédia social [...] com a situação trágica de 33 milhões pessoas passando fome”. Para o economista e líder sindical Flauzino Antunes, a



Mesa de abertura do Seminário “100+50: desafios do governo Lula”. Da esq. para a dir.: líder sindical Adilson Araújo (pres. CTB); jornalista Norian Segatto (moderador); economista Rosa Maria Marques (profa. PUC-SP). Participaram ainda da mesa, pela internet, os economistas Guilherme Mello (Ministério da Fazenda) e Nelson Barbosa (BNDES)

“política de desmonte do Estado, de caráter neoliberal e de extrema direita”, resultou no fato de que, “durante a pandemia, tivemos mais de 700 mil mortos”. Para o líder estudantil Lucca Gidra, “o investimento em educação tem sido um grande desastre: de 2016 até 2022, houve um corte de 27%”⁴.

3 O DESAFIO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL NO GOVERNO LULA

O presidente Lula, em meio a essa situação crítica, reuniu em torno da sua candidatura presidencial uma ampla frente democrática que derrotou o fascismo nas urnas. Lembrou Lucca Gidra que “a vitória de Lula foi uma vitória da frente ampla”. Reforçou o autor deste texto que “[...] foi a questão democrática que garantiu a vitória, ao possibilitar a formação da frente ampla em torno da democracia”. Com base em uma frente mais ampla ainda, lembrou Guilherme Mello que “o primeiro desafio foi aprovar a PEC da Transição para que houvesse espaço fiscal para retomar” os programas sociais e o investimento.

Nelson Barbosa reforçou que, “já em dezembro, o presidente eleito conseguiu aprovar no Congresso Nacional a PEC da Transição, que autorizou a ampliação do gasto primário em R\$ 145 bilhões e mais R\$ 23 bilhões para investimento”. Foi com base nos recursos aprovados por essa PEC que, segundo Nelson Barbosa, Guilherme Mello e este autor, ao assumir de fato o governo, Lula adotou as primeiras medidas, que consistiram basicamente em resgatar programas sociais adotados nos seus governos anteriores⁵.

Avaliou o autor deste texto que, com esses programas sociais, o governo começou a enfrentar a questão da desigualdade: “Mas essa questão se manifesta de maneira mais

⁴ Dado calculado com base nos estudos Auditoria Cidadã da Dívida.

⁵ Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, Mais Médicos, Farmácia Popular, Programa de Aquisição de Alimentos, a valorização do salário mínimo, além do aumento da isenção de imposto de renda, da recomposição das bolsas de estudos e das verbas para ciência e tecnologia e para as universidades. As verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que haviam sido dizimadas no governo bolsonarista, foram recompostas num montante de R\$ 10 bilhões para este ano e R\$ 40 bilhões para os quatro anos de mandato.

estrutural na elevada concentração de renda, assentada no baixíssimo poder de compra do salário”. Para enfrentar a desigualdade, “Lula resgatou a política de valorização do salário mínimo vigente em seus mandatos anteriores, que passa a ser corrigido pela inflação mais o crescimento do PIB. Este é um bom começo, mas não significa que se deve ficar aí”. Registrou este autor que Lula, ao enviar ao Congresso “projeto que já foi aprovado e sancionado”, enfrentou rapidamente também a questão da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Guilherme Mello e Nelson Barbosa atribuíram a essas medidas o crescimento esperado no primeiro trimestre do ano, o qual terminou superando a expectativa (cresceu 1,8%). Afirmou Mello: “Não é à toa que as previsões de crescimento estão todas sendo revisadas para cima. Uma parte disso se explica pela retomada desses programas”. Acrescentou Barbosa: “Essas medidas, juntamente com um *boom* que está acontecendo no setor agropecuário, são o que tem gerado uma leve aceleração do crescimento no início deste ano; o crescimento do PIB pode chegar a 1,5% no primeiro trimestre”. Rosa Maria Marques relembrou que “os dois primeiros governos Lula tiveram uma média de 3,5% ao ano [de crescimento do PIB]. De 2015 a 2022 cresceu apenas a 0,3% ao ano. Então, quando dizem que o PIB vai crescer 1,5%, não fiquem felizes”.

O autor deste texto advertiu, no entanto, que “o exame mais acurado dos dados divulgados pelo IBGE revela que a indústria de transformação, que recebe mais imediatamente os impulsos do aumento da demanda interna, permaneceu estagnada. O crescimento se deveu basicamente à forte expansão da agricultura de exportação, principalmente da soja”⁶. Conjecturou este autor: “É possível, portanto, que o impacto positivo dessas medidas na atividade econômica, particularmente no fortalecimento da demanda, tenha sido anulado pelas elevadas taxas de juros, puxadas pela taxa básica do Banco Central, que, em termos reais, é a maior do mundo”⁷.

Posteriormente ao seminário, o IBGE divulgou que, no segundo trimestre, o PIB cresceu 0,9% em relação ao primeiro. Além de revelar uma desaceleração no ritmo de crescimento, mais uma vez não foi puxado pela indústria de transformação, mas pelos serviços, alavancado pelo setor financeiro⁸, e pela indústria extrativa (minério, petróleo). A indústria de transformação permaneceu estagnada⁹. É a expressão pura de duas fortes deformações da economia capitalista dependente brasileira: a financeirização e a reprimarização.

Destacou Maria Lúcia Fattorelli que o presidente Lula anunciou uma “proposta de investimentos estratégicos [com] seis eixos”, mas, segundo este autor, apesar de os eixos es-

6 “O PIB cresceu 1,8% na comparação do primeiro trimestre de 2023 contra o quarto trimestre de 2022, na série com ajuste sazonal. Houve alta na Agropecuária (21,6%) e nos Serviços (0,6%) e estabilidade na Indústria (-0,1%)” (IBGE, 30 jul. 2023).

7 Considerando que a taxa nominal estava em 13,75% ao ano e que a inflação acumulada nos últimos 12 meses até junho foi de 3,16%, a taxa real está em torno de 10%. Além disso, essa taxa — que é a que afeta a economia real — tem aumentado, já que, enquanto a nominal permaneceu estacionada nos 13,75% desde agosto de 2022, a taxa de inflação em 12 meses — que era de 9,67% naquele momento — redundando numa taxa real cerca de 4%, caiu para 3,16% em junho deste ano. A Selic real aumentou, portanto, de 4% para 10% nos últimos 12 meses encerrados em junho. Não há economia que suporte aumento tão intenso e célere da taxa básica de juros. Como veremos adiante, a redução posterior (em 1º e 2º de agosto) de 0,5 ponto percentual na Selic não afeta muito essa situação.

8 Alavancado pelas “atividades financeiras” e similares (1,3%), enquanto o comércio permaneceu estagnado (0,1%) (IBGE, 2 set. 2023).

9 Enquanto o segmento das “indústrias extrativas” cresceu 1,8%, o das “indústrias de transformação” só avançou 0,3% (IBGE, 2 set. 2023).

Um grande desafio a resolver é o problema da produção industrial, que requer a adoção de um programa que reconstrua o país e assente as bases para o desenvolvimento. Para isso, além de combater a desigualdade e investir fortemente em CT&I, devemos fazer o que tem sido chamado de “escada tecnológica”: partir de onde estamos e alcançar a China. E isso deve ser feito com a colaboração de parceiros estratégicos

tratáveis passarem a integrar o Novo PAC¹⁰, que será o principal programa do governo Lula, seu programa, obviamente, não se limita a esses eixos. “Um [...] grande desafio é enfrentar a desigualdade social”, cujo combate é uma questão central do programa do governo Lula, registrou este autor. Conforme indicamos antes, o presidente já deflagrou esse processo por meio dos vários programas de transferência de renda, com destaque para o Bolsa Família¹¹, da retomada de política de valorização do salário¹² e do combate à fome, ações que, além de melhorar as condições de vida do povo, fortalecem o mercado interno¹³. Mas, para a economia voltar a crescer, não basta dinamizar o mercado interno. Um grande desafio a resolver é

10 Os seis eixos nomeados inicialmente por Lula e citados por Fattorelli foram os seguintes: transportes, infraestrutura, inclusão digital, conectividade, infraestrutura Água para Todos e transição energética, mas, numa revisão posterior, chegou-se a nove eixos de investimento, que passaram a integrar o Novo PAC (nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento adotado nos dois primeiros governos Lula), lançado no dia 11 de agosto pelo presidente Lula, a saber: transporte eficiente e sustentável; cidades sustentáveis e resilientes; água para todos; educação, ciência e tecnologia; saúde; infraestrutura social inclusiva; transição e segurança energética; inclusão digital e conectividade; inovação para a indústria da defesa. O montante dos recursos envolvidos é da ordem de R\$ 1,7 trilhão, oriundo da administração direta, das estatais, de financiamentos públicos e das empresas privadas.

11 Em junho deste ano, atendia a 21 milhões de famílias, com investimento mensal de R\$ 14 bilhões (Governo Federal, 2023).

12 O presidente Lula resgatou a política de valorização do salário mínimo adotada nos seus governos anteriores, que estabelece um reajuste anual pelo IPCA e o crescimento do PIB. É um bom começo, mas devemos recuperar o poder de compra do salário mínimo. Relembra o autor: “o valor [da cesta estabelecida na Constituição para sustentar uma família de trabalhador] em maio último era de R\$ 6.652; atualmente, o salário mínimo pago é de R\$ 1.320. Mal chega a 20% do salário necessário”.

13 Guilherme Mello, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, durante sua palestra no seminário, anunciou que, no segundo semestre deste ano, seria encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar para promover a reforma do Imposto de Renda, de forma, segundo ele, a atender ao desejo do presidente: “Colocar o rico no imposto de renda e o pobre no orçamento”. O ministro Fernando Haddad, depois de confirmar essa decisão, por pressão de setores do Congresso, anunciou que “só depois da aprovação da Reforma Tributária do consumo. Lá para o fim do ano” (Agência Brasil, 2023).



Sessão do Seminário “100+50: desafios do governo Lula”

o problema da produção industrial¹⁴, que requer a adoção de um programa que reconstrua o país e assente as bases para o desenvolvimento. Para isso, além de combater a desigualdade e investir fortemente em CT&I, devemos fazer o que tem sido chamado de “escada tecnológica”: partir de onde estamos e alcançar a China. E isso deve ser feito com a colaboração de parceiros estratégicos.

Como a China atingiu o estágio de economia avançada em apenas quatro décadas, não há impedimento algum para o Brasil chegar lá também. Temos muito mais recursos naturais e já revelamos no passado um grande potencial de desenvolvimento: em 1980, depois de crescer durante 50 anos, de 1930 a 1980, a 7% ao ano, o PIB brasileiro era maior do que o da China¹⁵. Dali em diante, enquanto a economia brasileira estagnou, crescendo, na média, a um ritmo abaixo de 2% ao ano, a da China disparou, passando a crescer numa média anual em torno de 10%. Hoje, a China tem um PIB oito vezes maior do que o do Brasil¹⁶.

Conta-nos o professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzo que, naquela época, quando ele estava no ministério da Fazenda, uma delegação chinesa esteve no Brasil para estudar por que a economia brasileira tivera uma expansão tão intensa e prolongada. Se já fizemos uma vez, podemos fazer de novo, resgatando as coisas boas do passado (como a industrialização acelerada sob controle nacional, o protagonismo do Estado na economia, uma das mais avançadas legislações trabalhistas do mundo, o combate à desigualdade por meio da valorização do trabalho) e incorporando as coisas boas da atualidade (sobretudo em ciência, tecnologia e inovação e transição geopolítica).

14 Isso devido ao longo período de desindustrialização que atravessa o país: a produção da indústria de transformação, que beirou os 30% do PIB na década de 1980, hoje não passa de 10% (Rabelo; Souza, 2023).

15 Medido pela paridade do poder de compra, critério adotado pelo FMI e pelo Banco Mundial, era de US\$ 571 bilhões contra US\$ 303 bilhões.

16 Atualmente, a China tem um PIB de US\$ 30,2 trilhões contra apenas US\$ 3,7 trilhões do Brasil.

A atual direção do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, sob o comando da engenheira Luciana Santos, já reconstruiu os mecanismos de apoio à ciência, recriou o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e conseguiu recompor integralmente os fundos do FNDCT para este ano¹⁷. O Brasil dispõe das melhores condições para a transição energética e ambiental: uma matriz energética com os maiores índices de energia potencialmente renovável do planeta¹⁸ e a possibilidade de aumentar significativamente a produtividade e a produção agropecuária sem novos desmatamentos.

Basta usar as tecnologias já disponíveis na Embrapa e em empresas privadas para aumento da produtividade nas áreas já ocupadas e recuperação das terras degradadas. Um grande desafio é realizar esse movimento sem sacrificar o desenvolvimento das forças produtivas do país. Isso significa, por exemplo, que não devemos abrir mão de usar a imensa riqueza advinda do petróleo — depositada, sobretudo, no pré-sal, bem como, muito provavelmente, na chamada Margem Equatorial¹⁹ — e demais recursos naturais de nosso país.

A transição ambiental e energética, como diria o presidente Lula, “não pode servir de fachada para um neocolonialismo”. E ele explicita posteriormente, por ocasião do lançamento do Novo PAC: “[...] não podemos aceitar um neocolonialismo verde que, sob o pretexto de proteger o meio ambiente, impõe barreiras comerciais e medidas discriminatórias”. E completa: “a floresta tropical [a Amazônia] não pode ser vista apenas como um santuário ecológico”, mas deve desenvolver-se e ajudar a desenvolver o Brasil a partir de sua própria e específica realidade, caracterizada, em grande medida, pela maior megabiodiversidade do planeta, que abriga recursos naturais utilizados como fontes de matérias-primas para setores estratégicos de tecnologia de ponta, como a biotecnologia e a indústria de fármacos.

O autor deste texto — assim como a grande maioria dos palestrantes — defendeu que se enfrente o problema da produção assentando os fundamentos para a reindustrialização do país em novas bases e lançando um amplo programa de infraestrutura de qualidade mediante a construção de metrô, obras de saneamento e de moradias²⁰, escolas, hospitais e um modal que priorize as ferrovias.

Tais ações passaram, em grande medida, a integrar o Novo PAC. Parte-se da compreensão de que “a combinação entre reindustrialização e obras de infraestrutura gera produção e emprego e permite melhorar as condições de vida da população”. Nesse sentido, Rosa Maria Marques apresentou a recomendação de que “reindustrializar é realmente importante, mas [...] tem que colocar alguma prioridade em C&T”.

17 Em torno de R\$ 10 bilhões neste ano, passando o ministério a contar com R\$ 41 bilhões para investir nos quatro anos de governo por meio da Finep.

18 No Brasil, 87% da matriz elétrica é de energia renovável contra 28% no resto do mundo; do conjunto da matriz energética, o Brasil dispõe de 40% de energia renovável contra 12% no resto do mundo e apenas 9% nos EUA (Coutinho, 2023).

19 A Margem Equatorial é vista pelo setor petrolífero como uma área estratégica e uma fronteira promissora de águas profundas para a exploração de petróleo e gás natural. Já foram descobertas bacias com alto potencial de exploração na Guiana, no Suriname e no Brasil, numa faixa marítima que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, passando pelo Pará, Maranhão, Piauí e Ceará. Estão previstos 14 poços exploratórios em 21 blocos e em duas áreas de avaliação.

20 Registre-se que parte significativa da solução do problema de moradia está numa reforma urbana: censo realizado em 2022 pelo IBGE constatou que existem no Brasil 11,4 milhões de domicílios vazios — 87% a mais do que no censo anterior, realizado 12 anos atrás —, boa parte usada para especulação imobiliária; enquanto isso, levantamento realizado pela Fundação João Pinheiro em 2019 concluiu que o déficit habitacional é de cerca de 6 milhões de moradias (Moncau, 2023). A forte taxação de imóveis vazios é um instrumento usualmente aplicado para resolver este grave problema: um mundo de casa sem gente e um mundo de gente sem casa.

O autor deste texto apresentou alguns subsídios para a elaboração de uma política industrial que, para promover a reindustrialização em novas bases tecnológicas, realize o fortalecimento do mercado interno, invista fortemente em CT&I, proteja a indústria nacional contra a concorrência predatória de grandes conglomerados transnacionais, garanta o financiamento público, adote um amplo programa de compras governamentais e implemente uma política adequada de incentivos fiscais e financeiros, em benefício da indústria nacional²¹.

Houve o consenso de que, em momentos de crise, cabe ao Estado o protagonismo de alavancar a economia, usando, para isso, além de outros instrumentos, o investimento público. Isso porque o capitalista individual, ao não enxergar, em seu conjunto, os rumos que seguirá a economia em momentos de crise ou em processo de desenvolvimento, deixa de investir na sua atividade produtiva, preferindo aplicar seu lucro no mercado financeiro.

Foi também consenso que a reconstrução da economia implica reconstruir o Estado nacional, não apenas na administração direta, mas também, em grande medida, nas empresas estatais. “O Estado é fundamental nesse processo de desenvolvimento”, afirmou este autor. Isso porque, “durante a crise ou em um processo de desenvolvimento, o capitalista individual não assume a vanguarda dos investimentos, pois não sabe qual o rumo que vai seguir o país, fica na retranca e joga o dinheiro na especulação”. E o Estado “tem condição de investir nesses momentos porque não se baseia no lucro e tem a visão mais abrangente do que o capitalista individual; assim, o investimento público é a alavanca desse processo de desenvolvimento”. Vale registrar que o investimento público tem duas esferas: a das estatais e a da administração direta. “As estatais, apesar de outras limitações, estão fora desse limite [do arcabouço]. Assim, devemos recompor a Petrobras para ela voltar a cumprir o seu papel histórico e recuperar a Eletrobras, que foi privatizada, violando as normas constitucionais”. Ou seja, “a partir da Petrobras, da Eletrobras e do BNDES, temos de construir uma rede de empresas estatais para organizar e coordenar um bloco de investimentos com capacidade de alavancar a economia”.

Reforçando essa ideia, Rubens Sawaya, depois de demonstrar que o investimento público não provém principalmente da administração direta, mas das estatais, concluiu que “isso não é uma característica do Brasil; é uma característica do desenvolvimento no mundo inteiro. Nesse desenvolvimento, sempre se criaram estatais nos nódulos centrais das cadeias de valor”. Nelson Barbosa, manifestando opinião semelhante, postulou que o primeiro

[...] desafio é recuperar a capacidade de governar e a capacidade de o Estado fazer políticas públicas; vencer os mitos criados contra o Estado. Isso exige recuperação do investimento público e privado, políticas públicas de redistribuição de renda e recuperação do planejamento de longo prazo. Do lado do BNDES estamos participando, já apresentamos algumas propostas, algumas já implementadas, e com medidas mais estruturais.

Revelou Sawaya que, durante os governos anteriores de Lula, principalmente quando da implementação do PAC, “o crescimento [da economia] dependeu em grande medida da Petrobras [...]; outra parte que puxou o crescimento foram os investimentos da Eletrobras”, ala-

21 Para tanto, é necessário erradicar o artigo que FHC embutiu na Constituição para borrar a diferença entre empresa nacional e empresa estrangeira aqui instalada.

vancando um conjunto de empresas privadas, tudo com financiamento do BNDES²². Nelson Barbosa, diretor do BNDES, informou no seminário que o Banco está se reestruturando para voltar a cumprir seu papel histórico de financiamento do desenvolvimento.

Os economistas neoliberais propalam que a escassez de recursos inviabiliza o investimento público. Na verdade, como demonstrou o autor deste texto, “o problema do Brasil não é a escassez de recursos [...]; há recursos suficientes para financiar o investimento e garantir a reconstrução nacional e a retomada do desenvolvimento”. O problema é que esses recursos são drenados para remunerar a casta financeira e as sucursais das transnacionais, os rentistas que auferem lucros exorbitantes das elevadas taxas de

juros praticadas no país, os que se apropriam do orçamento público mediante desonerações inadequadas, sonegação e elisão fiscal ou falta de previsão legal para tributação, os grupos monopolistas que se apropriam de um superlucro extra, as transnacionais que se apropriam da renda do petróleo e os grandes proprietários de terra, as transnacionais e os grandes bancos que, sendo o núcleo monopolista que comanda o agronegócio, se apropriam da renda agrícola e praticamente não pagam impostos.

A questão da dívida pública está colocada no centro do problema. Os recursos para financiar o investimento virão, portanto, em primeiro lugar, da redução substancial da taxa de juros, pois, segundo Maria Lúcia Fattorelli, “a cada ponto percentual de aumento da Selic [...], temos um aumento no gasto com juros de 40 bilhões de reais por ano”. Portanto, a diminuição de cada ponto percentual da taxa básica de juros implica uma economia de R\$ 40 bilhões por ano.

A título de exercício, se baixarmos nossa taxa básica de juros reais para os padrões internacionais, o que se traduziria em uma taxa nominal em torno de 4,75% (taxa real em torno de 0%), teremos uma “poupança” de R\$ 360 bilhões, ou seja, um valor 3,4 vezes maior do que o montante de R\$ 106 bilhões previstos para investir na indústria em quatro anos e três vezes o montante anual programado para bancar o principal programa social do governo, o Bolsa Família, que é de R\$ 168 bilhões.

Ainda segundo o autor deste texto, outra fonte de recursos é a recuperação de parte da desoneração fiscal, que, de acordo com o ministro Haddad, monta em R\$ 600 bilhões por ano e ele se propõe a recuperar cerca de R\$ 150 bilhões. De acordo com este autor, “há cerca de dois anos, a Associação Nacional de Auditores Fiscais (Anafisco) estimou que esses ‘gas-

A emissão monetária só gera inflação se a capacidade produtiva estiver plenamente ocupada e, conseqüentemente, não puder aumentar a produção no curto prazo

22 O PAC 1 foi lançado pelo primeiro governo Lula no dia 28 de janeiro de 2007, prevendo investimentos da ordem de 503,9 bilhões de reais até 2010. Os recursos aplicados no PAC originaram-se das seguintes fontes: recursos da União (orçamento do governo federal), capitais de investimentos de empresas estatais (por exemplo, Petrobras) e investimentos privados com estímulos de investimentos públicos e parcerias. Para isso, afirmou Habert: “Juntando a Petrobras com a Eletrobrás reestatizada, criamos a maior empresa de energia do planeta”.

Na atual conjuntura econômica, esses entraves se condensam sobretudo nas elevadas taxas de juros, que, segundo a maioria dos palestrantes, passaram a ser o principal obstáculo conjuntural ao crescimento da economia

de lucros e dividendos e aliviando a carga sobre os mais pobres”. Segundo ele, é a forma de atender ao desejo do presidente Lula: “Colocar o pobre no orçamento por meio de políticas públicas e o rico no imposto de renda”.

Mello tratou apenas do caráter distributivo da reforma do imposto de renda. Entretanto, ao passar a tributar o que não é tributado atualmente — como os super-ricos, a distribuição de lucros e dividendos, grandes fortunas, grandes propriedades rurais, lucro extraordinário dos trustes e cartéis, além dos ricos que pagam proporcionalmente menos imposto do que os mais pobres —, a reforma pode gerar excedente para investimento. Uma forma de captar parte da renda da terra é taxar adequadamente as exportações de petróleo, minério e soja. O combate à sonegação fiscal, que a Anafisco estima em cerca de R\$ 700 bilhões por ano, pode render uma contribuição fundamental para o financiamento. “Uma importante fonte de financiamento do investimento é a emissão de moeda”, afirmou o autor deste texto, que, referindo-se a André Lara Resende, informou que,

desde que a economia esteja operando com capacidade ociosa, como é nosso caso atual, e a emissão monetária seja utilizada para investimento público, não é inflacionária. Ao contrário, aumenta a produção, a capacidade de oferta. A emissão monetária só gera inflação se a capacidade produtiva estiver plenamente ocupada e, conseqüentemente, não puder aumentar a produção no curto prazo.

Isso já estava em John Maynard Keynes há cerca de um século atrás. E arrematou o autor: “Não sou keynesiano, mas nessa questão Keynes tinha razão; porém, como a realidade tem demonstrado, sua teoria e terapia não são capazes de evitar as crises periódicas do capitalismo, como chegaram a sonhar certos keynesianos”.

Segundo Alexandre Navarro:

23 Registre-se a aprovação na Câmara do projeto de lei sobre o “voto de qualidade” do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Poder Executivo, que tem no estoque R\$ 941 bilhões em processos administrativos aguardando julgamento, dos quais a equipe da Fazenda espera arrecadar R\$ 50 bilhões ainda neste ano.

tos tributários’ montavam então em R\$ 457 bilhões por ano e que só seriam justificáveis econômica e socialmente R\$ 141 bilhões, sendo passível de recuperação o montante de R\$ 316 bilhões”²³.

A reforma tributária é outra fonte importante de financiamento do investimento, particularmente a reforma da tributação sobre a renda e o patrimônio. De acordo com Guilherme Mello, “na reforma sobre a renda, temos aí sim um forte impacto distributivo, ao tornar mais progressiva a estrutura do imposto de renda, taxando, por exemplo, a distribuição

Deveríamos fazer o que faz todo mundo: o Tesouro emite título, o Banco Central compra e aplica-se no investimento. É uma fonte muito importante de investimento; todos os países fazem isso: o Estado toma emprestado dele mesmo, em lugar de vender título no mercado.

Defendeu, ainda, a tese jurídica de que, a fim de emitir moeda para investimento aqui no Brasil, seria necessária “uma mudança no artigo 164, parágrafo II, da Constituição, o que permite arranjar dinheiro para fazer o investimento”.

4 ENTRAVES AO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Os principais entraves estruturais ao crescimento sustentado da economia brasileira são a sua inserção subordinada no contexto internacional, a financeirização da economia e a desigualdade social, que se manifestam no tripé macroeconômico. Nas palavras do economista Nelson Marconi, “se juntarmos à questão da taxa de câmbio apreciada uma taxa de juros muito alta e uma estrutura tributária muito distorcida que onera demais o setor produtivo e onera pouco, proporcionalmente, a renda dos mais ricos, temos um quadro macroeconômico [...] que prejudica o setor produtivo e a geração de empregos no país”.

Na atual conjuntura econômica, esses entraves se condensam sobretudo nas elevadas taxas de juros, que, segundo a maioria dos palestrantes, passaram a ser o principal obstáculo conjuntural ao crescimento da economia.

Segundo Marconi, a situação fiscal está vinculada a esse modelo, adotado ao longo dos últimos anos, que aumenta os juros para atrair capital externo (e não para combater a inflação); ao aumentar os juros, a dívida pública cresce; aprecia a moeda e barateia o produto importado, e, com isso, faz crescer o consumo. No curto prazo, as pessoas consomem mais, mas, no longo prazo, o resultado é o declínio da indústria e o aumento dos encargos financeiros da dívida, o que vai acarretar menos emprego e menos consumo.

Nelson Marconi considera a concessão da “independência” ao Banco Central como mais um entrave importante ao crescimento da economia, ao avaliar que a “‘independência’ do BC é um instituto que [...] está tirando do governo um instrumento que é muito importante em política econômica, que é a definição da política monetária, e está criando um quarto poder, que é o Banco Central”. Avaliamos que esse “quarto poder” existe apenas na aparência, pois o BC “independente” tornou-se independente do governo a quem deveria obediência, já que legitimamente eleito pelo povo, porém se tornou mais dependente do capital financeiro, da Faria Lima²⁴, exacerbando, assim, a prática de juros elevados²⁵. Para Marconi, esse problema tem um impacto fiscal, que é a despesa com juros, que tem aumentado consideravelmente.

Com a constatação de que o atual presidente do Banco, Roberto Campos Neto, é ligado não apenas ao sistema financeiro, mas, sobretudo, a Bolsonaro, que o nomeou e com quem participou de eventos políticos, Flauzino Antunes afirmou

²⁴ Simbologia referente aos donos do capital financeiro e dos bancos, já que as sedes de seus escritórios geralmente se situam na Avenida Faria Lima, em São Paulo.

²⁵ Segundo Marcio Pochmann, estudo do Banco Mundial identificou que “os países que têm Banco Central autônomo ou têm independência [...] apresentam maior desigualdade do ponto de vista do que ocorre na atividade econômica. Porque o Banco Central autônomo mantém a taxa de juro independente da vontade nacional, diante de um pressuposto teórico que vai alimentar decisões, que de certa maneira são muito contrárias ao senso comum” (BC É CAIXA-PRETA..., 2023).

que “o país não pode ficar sujeito a um Banco Central sob esse comando”. Para ele, “esse confronto de Lula com a diretoria do BC não é um mero problema econômico ou uma mera briga política: Campos Neto, como bolsonarista que é, está sabotando a economia, atuando para que o governo não dê certo e volte o fascismo”.

Antunes defende “que [para enfrentar o problema dos juros elevados], o Conselho Monetário Nacional tenha mais influência sobre o Copom, mas que este Conselho seja mais democrático com a participação dos trabalhadores, dos empresários, da sociedade civil”, ao contrário da tecnocracia subserviente aos interesses financeiros que trabalha contra o povo e sufoca nossa indústria, o comércio, a agricultura e, conseqüentemente, o emprego. Conforme Antunes, o presidente, “ao nomear seu ministério, entregou a PT moderado a área econômica”, representado por Fernando Haddad, que teria liderado “a construção de um arcabouço fiscal abençoado pela Faria Lima. E esta vai exigir que o setor financeiro continue tendo a supremacia econômica e recebendo o pagamento de juros exorbitantes”, à custa do imposto, do desenvolvimento, do sangue do trabalhador, engendrando um outro dilema: ou o austericídio fiscal ou o desenvolvimento nacional.

Ver-se-á adiante que o arcabouço limita as possibilidades de usar os recursos disponíveis para investimento, mas, segundo os palestrantes, os juros elevados são o principal entrave ao crescimento da economia na conjuntura atual. Nelson Marconi destacou que a estratégia do “tripé macroeconômico”, que pressupõe a prática de juros elevados, pressionou bastante a estrutura fiscal do governo e por isso não devemos observar apenas a despesa primária²⁶. Para ele, na verdade, o que pressiona a dívida pública é o resultado total do governo, incluindo o pagamento de juros,

[...] que têm sido sempre muito altos; esse é um problema que precisamos atacar de frente. Dou razão ao governo quando fala que os juros são o principal problema conjuntural da economia, ou pelo menos diz que é um problema muito sério; atualmente, é o principal problema conjuntural.

Nelson Marconi afirmou que, por um lado, a despesa financeira contrai as outras despesas do governo e, por outro, continua expandindo a própria dívida. A dívida alta é um problema porque, quanto mais alta for a dívida, mais o sistema financeiro vai ter mais poder para pressionar o governo para aumentar a taxa de juros. Sua conclusão é que, “ainda que o governo não quebre, ainda que, em última instância, possa emitir moeda para pagar dívida, os dados históricos mostram que a taxa de juros sobre a dívida tende a subir também porque o governo fica refém do ‘mercado’”. Assim, “precisamos ter uma dívida razoavelmente controlada. E, para controlar a dívida, tem que tanto controlar a taxa de juros como ter uma situação fiscal razoavelmente equilibrada [...]. [Mas] o primeiro passo é mudar essa política de juros no Brasil”.

Depois de expor a regra contida no arcabouço para o crescimento da despesa, expôs Marconi:

[...] acho que temos que ter alguma regra fiscal, alguma forma de não sermos dependentes do mercado financeiro e para que não tenhamos uma situação de dívidas cada vez mais crescentes. O arcabouço fiscal não entra nessa discussão sobre juros. Só trata da receita e da despesa primária.

²⁶ Despesa com tudo menos os juros.

Mesa do Seminário “100+50: desafios do governo Lula”. Em primeiro plano, à dir., Nelson Marconi (FGV; coord. programa Ciro Gomes); Rubens Sawaya (prof. Economia PUC-SP); historiador Nathaniel Braia (moderador), e líder estudantil Lucca Gidra (pres. Umes-SP). Participou também da mesa, pela internet, o geógrafo e economista Elias Jabbour (prof. Uerj)



Para ele, a regra fiscal do arcabouço “estabelece que a despesa primária do governo só pode crescer até 70% da variação real da receita²⁷. Com essa regra, o governo quer gerar o superávit primário”. “Isso”, no entanto, constatou Marconi, “não garante que a dívida irá parar de crescer [...] porque, além do resultado primário, tem toda a despesa com juros. E é isso que vai ser determinante na evolução da dívida”. Desse modo, “mesmo com regra fiscal, por melhor ou pior que seja, se não tratarmos da questão dos juros, vai continuar com uma situação complicada do ponto de vista de dívida pública”. Temos, então, de realizar a “discussão principal, que é sobre juros”.

Avaliação semelhante foi feita por Maria Lúcia Fattorelli: “A história já mostrou que o superávit primário não segura o crescimento da dívida [...]. O que faz a dívida explodir são os mecanismos como o ‘bolsa banqueiro’, a remuneração da sobra de caixa dos bancos, o juro alto durante 20 anos”. Quando se observa o orçamento do Brasil e o sistema da dívida, explanou ela, “é possível constatar que a dívida não tem servido para investimento; tem funcionado como um sistema, alimentando continuamente os juros mais elevados do mundo que incidem sobre vários mecanismos financeiros que criam dívida”. A autora prossegue:

[...] o resultado do orçamento federal [...] no ano passado [revela que] 46,3% do orçamento foram para juros e amortizações da dívida. Se o Tribunal de Contas afirmou que a dívida não tem servido para investimentos [...], tem servido para alimentar esses mecanismos financeiros. O problema das contas públicas no Brasil está no gasto financeiro [...]. Se o problema está no gasto financeiro, não adianta atacar o gasto não financeiro se o Banco Central explode o gasto com juros e, conseqüentemente, o estoque da dívida, ao aumentar a Selic. Mas esse rombo está fora do teto. [...] Fizemos um superávit primário de 1995 a 2015, que, somado, acumulou um trilhão de reais. E o que aconteceu com a dívida interna nesse período? Estava em R\$ 86 bilhões em 1995 [...], mas chegou a quatro trilhões de reais depois de 20 anos.

²⁷ Além dessa limitação, a expansão da despesa primária só pode ocorrer, no máximo, a 2,5% reais ao ano.

O autor deste texto reforçou essa avaliação. O problema está na dívida, mas não na dívida em si, porque, se fosse uma dívida contraída para investimento e viesse sendo movida a juro civilizado, não haveria dificuldade alguma. O problema é que ela não foi usada para investimento (cresceu pelo acúmulo de juros sobre juros) e é movida a juro escandaloso, o maior do mundo, em termos reais. Então, o principal recurso para investimento vem da redução da taxa de juros.

“A luta contra os juros altos”, afirmou este autor, “já está se tornando uma bandeira nacional. Até banqueiros estão dizendo que o juro está alto demais [...]. [Isso] porque, com esses juros, seus clientes quebram, os bancos não conseguem reaver seus empréstimos e podem terminar quebrando também”. Vejam o que está acontecendo nos EUA. “Os juros altos e por um longo período de tempo não servem a ninguém”, declarou este autor, seguido de uma proposta: “formar uma ampla frente para mobilizar a sociedade contra esses juros estratosféricos”

Posteriormente ao seminário, em reunião realizada nos dias 1º e 2 de agosto, já com a participação dos dois novos diretores indicados por Lula, o Copom do BC reduziu a taxa Selic em 0,50 ponto percentual (de 13,75% para 13,25%). Isso significa que, em termos reais, a Selic praticamente não se moveu²⁸. O Copom sinalizou então que continuaria essa trajetória: continuar reduzindo a Selic nesse ritmo²⁹. Nas reuniões de setembro e novembro, manteve o ritmo, atingindo uma taxa de 12,25%, permanecendo, no entanto, a maior do mundo em termos reais. A manter esse ritmo, encerraremos o ano ainda com uma taxa elevada de 11,75%, o que implica uma queda irrisória do juro real.

A alegação da direção do Banco Central para manter os juros elevados é a pressão da inflação. Vários palestrantes contestaram essa “narrativa”. Fattorelli, por sua vez, diz que o Banco Central mentiu para a população dizendo ser necessário subir a Selic para controlar a inflação, embora a onda inflacionária aqui no Brasil, deflagrada em 2021, provenha, em grande medida, de preços administrados, como os preços dos combustíveis, ou seja, trata-se de inflação de oferta. Assim, como a elevação dos juros não tem como afetar os preços dos combustíveis, já que são administrados, de nada adiantaria aumentar os juros.

Ainda para Fattorelli, elevar os juros só serve para controlar a inflação quando ela é de demanda, isto é, numa situação em que toda a sociedade está com muito dinheiro em mãos, o volume de moeda em circulação está muito alto e todo mundo está com muita propensão a consumir (desde que não haja capacidade ociosa). Para ela, tem ocorrido o contrário no Brasil: o povo tem passado fome, não tem dinheiro para comprar comida e os carros estavam acumulados nos pátios das montadoras; tanto é que o governo adotou um programa de desconto de impostos na venda de veículos a fim de baratear seu preço e “desovar” os estoques.

Alexandre Navarro defendeu que “será preciso controlar a inflação”, mas essa onda inflacionária recente no Brasil “não é de demanda [...]”, sendo “notadamente de oferta”. O economista e líder sindical Flauzino Antunes, depois de afirmar que o Banco Central usa a

28 Inicialmente, houve empate na reunião (4 × 4) sobre se reduziria em 0,25 ou 0,50 ponto percentual. Os quatro diretores que votaram contra a proposta de queda de 0,50 ponto, defendendo uma redução menor ainda (de ínfimo 0,25 ponto), foram todos nomeados por Bolsonaro, denotando o aspecto político que vem norteando as decisões do BC. Mas Campos Neto, que também foi nomeado pelo ex-presidente — mas, cada vez mais isolado e debaixo da pressão de todos os setores da sociedade, inclusive de banqueiros —, desempatou a favor de 0,50 ponto (indicando também o caráter político de sua decisão).

29 Cf. artigo do Deputado Federal Orlando Silva publicado na revista *Carta Capital* (Silva, 2023).

falácia de que o que gera a inflação “é o descontrole fiscal, que o governo estaria emitindo e gastando muito e que por isso a demanda estaria aquecida”, concluiu que não podemos cair nessa falsa narrativa, pois não há como a demanda estar aquecida se “há milhões de desempregados, muito trabalhador passando fome e, além disso, contamos com capacidade industrial ociosa para aumentar a produção”. Trata-se, disse ele, “de uma inflação de custo, de falta de investimento. E temos capacidade de investir, de gerar produção e baixar os preços. Outra causa da inflação foi a política de paridade de preço de importação do petróleo”.

Vale registrar que os argumentos dos tecnocratas a serviço do capital financeiro de que é preciso aumentar os juros para baixar a inflação não se sustentam mais nem se adotarmos os critérios deles mesmos. Nos últimos 12 meses terminados em junho, a inflação acumulada medida pelo IPCA foi de 3,16% (abaixo do centro da “meta”, que é 3,25%). Além disso, a economia, depois do alívio no primeiro semestre deste ano possibilitado pela importante safra agrícola — principalmente de soja —, pelo aumento da produção da indústria extrativa e pelo crescimento dos serviços — sobretudo os financeiros —, sofreu um revés neste segundo semestre.

Ocorreu alguma pressão inflacionária no segundo semestre, como vem acontecendo desde que os governos de Temer e Bolsonaro destruíram a política de formação dos estoques reguladores — política por meio da qual o governo compra a produção agrícola durante o período de safra no primeiro semestre e a “desova”, por meio da Conab, na entressafra no segundo semestre³⁰. Mas não se trata de pressão que fuja do controle³¹.

Em síntese, o desencadeamento da inflação em 2021, quando fechou o ano em 10,67%, se deve a uma combinação entre a falta de estoques reguladores de alimentos, fazendo os preços internos serem regulados pelo preço internacional em dólar, a desorganização das cadeias globais de suprimentos devido à saída da covid-19 sem planejamento e a política de preço de paridade de importação (PPI)³² adotada pela gestão da Petrobras de então, no intuito de gerar lucros extraordinários a fim de beneficiar os acionistas minoritários, em grande medida estadunidenses. Isso tudo foi agravado pela emergência da guerra na Ucrânia, considerando que tanto esse país quanto a Rússia são grandes provedores de matéria-prima e alimentos.

Como denunciou Lula na época da campanha eleitoral, a maior parte do custo dos combustíveis é gerada internamente, em moeda nacional — pesquisa, exploração, extração de petróleo, transporte até a refinaria e depois até as distribuidoras, refino etc. Não há razão, então, para adotar o PPI como critério de estabelecimento dos preços dos combustíveis no Brasil. Haveria, logo, de se “abrasileirar” esses preços, declarou o presidente. Como a nova gestão da Petrobras, por ele nomeada, já começou esse “abrasileiramento”, os preços dos combustíveis iniciaram um processo de queda; isso, contudo, num ritmo muito lento.

30 Soma-se a isso o Programa de Aquisição de Alimentos, já resgatado pelo governo Lula, por meio do qual o governo federal compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina gratuitamente a pessoas que não têm acesso à alimentação adequada e saudável e àquelas atendidas pela rede de assistência, pela rede pública e filantrópica de ensino e pelas redes públicas de saúde e justiça.

31 Depois de o IPCA anual haver acumulado 3,16% até junho — portanto, abaixo do centro da meta, que é de 3,25% —, subiu para 5,19% na medição de setembro, mas recuou para 4,82% em outubro.

32 A PPI é formada pelo preço internacional do petróleo, mais o custo que os importadores teriam para internalizá-lo e mais a variação do dólar.

5 O ARCABOUÇO FISCAL/NOVO MARCO FISCAL E O INVESTIMENTO

Discutiu-se, neste ponto, o impacto do arcabouço fiscal no nível do investimento público. Este foi um ponto em que não houve convergência entre os palestrantes. Para Guilherme Mello, as regras do arcabouço, além de promoverem o equilíbrio fiscal, permitem um nível de investimento público adequado, pois partem de uma “base robustecida”: “a PEC [da transição] permitiu acrescentar à despesa pública R\$ 168 bilhões, sendo R\$ 23 bilhões para investimento”. Nelson Barbosa acrescentou que “medidas estão sendo elaboradas pela equipe do ministro Haddad [que] começa por uma nova estratégia do equilíbrio fiscal [arcabouço]”.

Para os demais palestrantes, o arcabouço fiscal, ainda que mais flexível do que o teto, continua limitando o investimento. Segundo Rubens Sawaya, “o arcabouço fiscal é muito melhor do que o teto de gasto, já que [...] as despesas podem crescer em termos reais, ainda que limitadas a 70% do crescimento real da receita e a 2,5% ao ano, em termos reais”, mas “não libera o Estado para fazer uma política autônoma”. No entanto, segundo ele, o investimento público fundamental não provém da administração direta da União, mas das empresas estatais.

De acordo com Nelson Marconi, “o investimento público [...] é fundamental para retomar o crescimento”. Isso porque, como “o investidor privado [...] só investe se a economia estiver crescendo [...], quem vai dar o impulso na economia para ela voltar a crescer é o [...] investimento público”. Mas, ao estar dentro da regra do arcabouço, o investimento público “será a primeira coisa a ser comprimida porque os gastos sociais e o salário mínimo estão garantidos”. “Se há um gasto que deveria estar fora dela [da regra fiscal] é o investimento público”. Ao afirmar que devemos ter uma preocupação com os juros — porque “não estão no arcabouço fiscal” —, Marconi concluiu que, como a implementação do arcabouço depende muito de receita, esta “deve vir dos mais ricos”.

O líder estudantil Lucca Gidra, depois de lembrar que “Lula falou que precisa fazer mais nesse governo do que fez nos seus governos anteriores”, concluiu que, para isso, “precisamos retomar fortemente uma política de investimento em todas as áreas, mas devemos colocar a educação e a cultura no núcleo central do investimento”. “O arcabouço fiscal é melhor do que o teto de gastos”, mas, colocando dentro do arcabouço fiscal as áreas de investimento que são fundamentais, afirmou ele, “as várias áreas sociais [...] vão estabelecer uma disputa entre si e todas elas com o investimento [...], porque o conjunto da despesa está limitado a crescer a 2,5% ao ano”³³.

Ao lembrar que o crescimento real máximo da despesa pública estabelecido no arcabouço é 2,5%, Fattorelli ponderou que “para chegar nesses 2,5%, tem que cumprir meta de resultado primário. Para isso, tem que ter crescimento de arrecadação tributária, já que os gastos com juros e os outros mecanismos que geram dívida ficaram fora do teto do arcabouço; estando livres, podem crescer à vontade”. Afirmou o autor deste texto que, embora o arcabouço seja mais flexível do que o teto de gastos — que, aliás, nunca foi cumprido³⁴ —, “continua jogando [esse] papel [...], como o relator retratou na frase: o objetivo é guardar dinheiro para pagar os serviços da dívida [...] para pagar os juros da dívida, visando a estabilizar a relação dívida/PIB”.

33 Enquanto isso, “os 46% do orçamento destinados aos encargos financeiros e amortização da dívida ficam intactos”.

34 Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, o teto foi ultrapassado num total de quase R\$ 800 bilhões. E o governo Lula antes de assumir enterrou o teto com a PEC da Transição.

Essa crença de que se deve estabilizar a relação dívida/PIB parte da falsa ideia de que a nossa dívida está muito elevada. Ora, ela está em torno de 75% do PIB, quando, em países “que estão entre os dez mais desenvolvidos [entre os quais está o Brasil], esse índice supera os 100%”. Sugere este autor que, se adotarmos o critério correto de medição, que consiste em utilizar a dívida líquida em lugar da bruta como parâmetro, para isso descontando tanto as reservas externas quanto as acumuladas no Banco Central, “como procede o economista André Lara Resende, a relação dívida/PIB cai de 75% para 45%”. Por fim, numa situação de existência de capacidade ociosa e em que se use a emissão monetária apenas para investimento público, a dívida pública pode ser parcialmente monetizada³⁵.

Há a convicção, dentro da equipe econômica do governo, de que o arcabouço, ao incorporar as bandas, daria uma folga para o investimento. Mas há vários problemas. O primeiro deles é que o conjunto da “despesa só poderá crescer, no máximo, a 70% da variação real da receita, mas esse crescimento não poderá ultrapassar 2,5% ao ano, em termos reais”. O segundo é que, “com o fim do teto de gastos, que havia suspenso os pisos constitucionais e legais de algumas áreas sociais, como educação, saúde e previdência, mas que foram incluídos na regra do arcabouço, esses gastos podem crescer, em termos reais, mais do que 2,5% ao ano”³⁶. Entretanto, para acomodar o montante da despesa primária dentro da regra, sacrifica-se o investimento, “limitando seu uso como alavanca da reconstrução nacional e da deflagração do processo de desenvolvimento”.

Segundo Maria Lúcia Fattorelli, “o arcabouço trava o investimento para guardar recursos para servir à dívida”. “Está escrito na própria exposição de motivos do arcabouço: o objetivo é guardar recursos importantes para o abatimento do endividamento”. Assim, “o novo arcabouço fiscal está funcionando como uma trava para os investimentos no país”. Propõe-se, então, enfrentar a dívida: “A primeira coisa a fazer deveria ser um enfrentamento desse sistema para liberar recursos [para investimento]”. A fim de priorizar o pagamento da dívida, “o arcabouço mantém o teto de gastos com uma possibilidade de crescimento real mínimo”.

Demonstrou Fattorelli que, dentre as telas que o ministro Haddad, antes de enviar o projeto para o Congresso, apresentou no Ministério da Fazenda, havia uma em que, “através do boletim Focus”, o chamado mercado “demonstrava esperar um resultado primário negativo durante os quatro anos do governo Lula; enquanto isso, Haddad se comprometeu a

³⁵ Isso foi largamente utilizado nos EUA, no Japão e em outros países por meio do que se designa de “flexibilidade monetária” (no inglês, *quantitative easing*).

³⁶ Assim, retornam o piso constitucional de 18% da receita da União para a educação, a previsão legal de reajuste da verba da saúde e o crescimento real do valor das aposentadorias e pensões devido à política de valorização do salário mínimo, além do crescimento vegetativo do número de aposentados.

Se a questão democrática se manifestou na disputa eleitoral de 2022 em seu aspecto propriamente político, no momento atual ela se condensa na esfera da economia

zerar o resultado negativo já no ano que vem e depois gerar superávit nos dois últimos anos do mandato”, superando as expectativas da própria Faria Lima. Isso “significa que o chamado mercado já havia ‘precificado’, para usar o jargão dos economistas neoliberais”, constata este autor. E assim, “pelo critério dos donos das finanças, não precisava a equipe econômica se comprometer a zerar o déficit em 2024 e gerar superávit durante os últimos dois anos de governo”.

Em outubro, o presidente Lula, percebendo que a economia já estava desanimando, deu o sinal de alerta: “[A meta] não precisa ser zero, o país não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo cortes de bilhões nas obras que são prioritárias para este país” (Lessa, 2023). O presidente disse ainda:

Eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida. Eu sei da vontade do Haddad, da disposição do Haddad, da minha disposição, e posso dizer que dificilmente nós chegaremos à meta zero, até porque eu não quero fazer cortes em investimentos de obras. Se o Brasil tiver um déficit de 0,5%, de 0,25%, o que é? Nada, absolutamente nada. Então, nós vamos tomar a decisão correta e nós vamos fazer aquilo que é melhor para o Brasil (Lessa, 2023).

Destacando os eixos divulgados pelo presidente Lula, Fattorelli avaliou que os recursos para seu financiamento “não virão do endividamento público que tem funcionado como um sistema”³⁷. O superávit primário não segura o crescimento da dívida porque o que faz a dívida crescer “são os mecanismos como o ‘bolsa banqueiro’, a remuneração da sobra de caixa dos bancos, o juro alto durante 20 anos”. Para ela, “a cada ponto percentual de aumento da Selic, o gasto com juros explode em R\$ 40 bilhões por ano”. O arcabouço não garante os recursos para os investimentos nesses eixos e “contradiz Lula [... que] falou, no início do ano, que não ia guardar dinheiro para pagar juro a banqueiro”. Além do mais, à medida que há um teto, “o arcabouço coloca as áreas sociais para brigar entre si [...]. Não pode passar do teto; se alguma área passar, vai ter que tirar de outra”. Sugeriu, então, que o investimento esteja fora das regras: “Se todos os tipos de transferência de renda [...] não estão incluídos dentro da limitação, havia que ter essa mesma condição o investimento”.

De acordo com o autor deste texto, a equipe da Fazenda contribuiu para o relator na Câmara tornar mais rígidas as regras do arcabouço, “ao elaborar o arcabouço [...] com] uma estrutura voltada para a geração de superávit primário e estabilização da relação dívida/PIB”. Reforçou Fattorelli que, à medida que a equipe econômica inseriu “como diretriz a trajetória da dívida [...], o relator na Câmara introduziu a exigência de que se deve proceder a uma avaliação a cada dois meses e, se a dívida estiver subindo muito, o governo deve contingenciar os recursos para a saúde, a educação e outras áreas”.

Ainda de acordo com Maria Lúcia Fattorelli e o autor deste texto, a Câmara dos Deputados, ao aprovar o relatório do deputado Claudio Cajado, além de outras exigências que tornaram mais rígidas as regras fiscais, aumentou ainda mais a limitação para o investimento público. Entre essas limitações, informou Fattorelli, “o relator [...] rebaixou o piso de investimentos: na versão inicial de Haddad, eram 78 bilhões de reais e o relator rebaixou

37 De acordo com Fattorelli, o sistema funciona assim: “O Banco Central dispara os juros [...] e isso dispara o gasto com juros, levando o tesouro a emitir títulos e a aumentar o estoque da dívida para pagar juros. E aí a trajetória da dívida sobe e o governo corta o gasto social para pagar esses juros. Não tem lógica, não tem base científica isso que foi aprovado na Câmara.”

para 65 bilhões”, ou seja, um corte de 17% no piso do investimento. A Câmara dos Deputados estabeleceu, ademais, que o governo deve contingenciar os recursos para a saúde, a educação e outras áreas se for constatado na avaliação bimestral que a dívida está subindo muito. Exacerbando a rigidez, essa casa legislativa determinou que, caso não sejam atingidas as metas de resultado primário, punições podem recair sobre o serviço público, na forma da suspensão de concursos, de reajuste dos salários, de reposição de pessoal e de revisão de carreira, prejudicando em especial a população mais pobre, que depende desses serviços.

Vários palestrantes avaliaram que, apesar da derrota eleitoral e da decisão judicial de inelegibilidade de seu arremedo de líder, o fascismo bolsonarista continua sendo uma ameaça. Para o autor deste texto, só a reconstrução e o desenvolvimento derrotam essa ameaça. “A questão principal que moveu a luta de classes no ano passado no país foi a questão democrática [...] que se condensou na disputa eleitoral [...], [garantindo] a vitória [sobre o fascismo], ao possibilitar a formação da frente ampla em torno da democracia, sob a liderança de Lula”. Este autor avaliou que a questão democrática continua sendo a principal questão que temos de enfrentar atualmente, pois o fascismo segue vivo e atuante. Porém, se a questão democrática se manifestou na disputa eleitoral de 2022 em seu aspecto propriamente político, no momento atual ela se condensa na esfera da economia. Isso porque “se o governo Lula conseguir vencer seu principal desafio, que é a reconstrução nacional [...], vamos derrotar estrategicamente o fascismo bolsonarista. [...] Por outro lado], um eventual insucesso nesse desafio ensejaria o retorno do fascismo ao poder”.

Diz este autor que, para manter a “unidade da frente”, é preciso “promover o avanço na economia [...], voltando a economia a crescer, criando empregos e melhorando a qualidade de vida da população”. Com isso, “ganha-se o apoio das massas do povo e, em consequência, neutralizam-se os setores mais conservadores — e, portanto, mais inconstantes — da frente”. O economista Nelson Marconi advertiu que, se o governo não conseguir recursos para a economia voltar a crescer e “não conseguir trazer toda essa força de trabalho que perdeu o emprego para o ‘miolo’ com carteira assinada [...], e se as pessoas não começarem a ingressar na sociedade civil organizada, vamos ter uma perda de tecido social muito forte”, o que faria crescer o risco de termos, no futuro, a extrema direita de volta ao governo central do país. “A eleição foi apertadíssima”, revelando uma forte divisão da população.

Depois de o líder estudantil Lucca Gidra afirmar que “o governo Lula precisa dar certo para impedir o retorno dos bolsonaristas”, porque “conhecemos o caos que ocorreu nesses quatro anos de governo, com a crescente miséria do povo”, o economista e líder sindical Flauzino Antunes, após citar as limitações impostas ao governo Lula pela política monetária do BC e pela política fiscal do arcabouço, que estabelecem um conjunto de “amarras”, afirmou: “O governo não pode ficar amarrado diante da resposta social que precisa dar”. Só rompendo com essas amarras, disse, teremos condição de evitar o retorno do bolsonarismo, “e para isso devemos ter clareza de que modelo queremos e de que Brasil precisamos”, pois “estamos lutando pela democracia, por um país soberano que beneficie os brasileiros”. Depois de lembrar que o próprio Lula já conclamou a população a ir às ruas, concluiu que “devemos mobilizar o povo para apoiar o governo Lula nas lutas para destravar a economia e realizar a reconstrução nacional”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatamos, neste texto, as principais contribuições apresentadas pelos palestrantes do seminário “100+50: desafios do governo Lula”. O objetivo central do debate foi o de diagnosticar os principais desafios do atual governo. Essas contribuições podem subsidiar tanto a luta de ideias quanto a implementação de um programa de reconstrução nacional.

O artigo começou com a recuperação das condições mundiais que favoreceram a Revolução de 1930, com base nas palestras de Allen Habert e do autor deste texto, a fim de extrair lições que possam inspirar a luta no atual momento. Destacou, a seguir, o contexto mundial no qual o Brasil se insere atualmente: o mundo atravessa um momento de crise estrutural do capitalismo; ocorre, simultaneamente, uma transição geopolítica, que favorece a reconstrução, a transformação e a retomada do desenvolvimento nacional de países como o Brasil.

Avaliou-se, sem divergência, que a necessidade de reconstrução nacional, que se considera o principal desafio do governo Lula, decorre do fato de que o Brasil sofreu um processo de destruição promovida pelo governo bolsonarista em todos os setores da vida nacional. Depois de Rosa Maria Marques haver proposto que, em lugar do termo “desmonte”, se adotasse o termo “destruição” para caracterizar a ação do governo Bolsonaro, vários outros palestrantes (Nelson Barbosa, Allen Hubert, Adilson Araújo, Flauzino Antunes, Lucca Gidra e este autor), explícita ou implicitamente, adotaram a mesma caracterização.

Segundo os palestrantes Guilherme Mello, Nelson Barbosa, Lucca Gidra e este autor, foi nesse quadro que Lula, havendo reunido em torno da sua candidatura presidencial uma ampla frente democrática que derrotou o fascismo nas urnas, começou a governar já antes de tomar posse. Conseguiu aprovar no Congresso Nacional a PEC da Transição, autorizando recursos para as primeiras medidas, que consistiram basicamente em retomar programas sociais adotados nos seus governos anteriores, lançando a seguir seis eixos programáticos, conforme lembrou Maria Lúcia Fattorelli, convertidos, posteriormente, nos nove eixos do Novo PAC, lançado em 11 de agosto e que se converteu no principal programa do novo governo Lula. Uma questão central do seu programa, de acordo com este autor, é o combate à desigualdade por meio da valorização do salário e do combate à fome. Além de melhorar as condições de vida do povo, essas ações fortalecem o mercado interno.

Os palestrantes avaliaram que a reconstrução exige promover um forte processo de reindustrialização em novas bases tecnológicas e o lançamento de um amplo programa de infraestrutura de qualidade, gerando emprego e possibilitando a melhoria das condições de vida da população. Apontaram que o desafio da reindustrialização requer uma política industrial que fortaleça a indústria nacional, para o que foi recriado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial. Para construir a infraestrutura, o governo lançou o Novo PAC, que será, ao lado do Bolsa Família, a marca registrada de seu governo. Rosa Maria Marques postulou que a reindustrialização é necessária, mas deve ser norteadas pelas novas tecnologias.

Isso significa, além de combater a desigualdade, desenvolver e incorporar tecnologia moderna, investindo fortemente em ciência, tecnologia e inovação e, ao mesmo tempo, realizando parcerias estratégicas com países aliados. Para a transição energética e ambiental, o Brasil dispõe das melhores condições, mas ela não deve sacrificar o desenvolvimento das forças produtivas. Como disse o presidente Lula, a transição ambiental e energética não pode servir de fachada para o neocolonialismo, e a floresta tropical não pode ser vista apenas como um santuário ecológico.

Para a transição energética e ambiental, o Brasil dispõe das melhores condições, mas ela não deve sacrificar o desenvolvimento das forças produtivas. Como disse o presidente Lula, a transição ambiental e energética não pode servir de fachada para o neocolonialismo, e a floresta tropical não pode ser vista apenas como um santuário ecológico

Houve o consenso de que cabe ao Estado o protagonismo de alavancar a economia, usando, para isso, além de outros instrumentos, o investimento público. Um desafio consiste em reconstruir o Estado nacional, em grande medida remontando a Petrobras e recuperando a Eletrobras. Para o Estado retomar o protagonismo, é fundamental alterar o arcabouço fiscal/novo marco fiscal a fim de eliminar seus bloqueios ao investimento público.

Para financiar a reconstrução nacional, o autor deste texto elencou um conjunto de medidas, que vão desde a redução substancial da taxa de juros, passando pela recuperação de parte da desoneração fiscal e por uma reforma tributária que tribute os mais ricos, até a captação de uma parte mais significativa da renda do petróleo e a emissão monetária. Os principais entraves estruturais à retomada do crescimento econômico são a inserção subordinada no contexto internacional, a financeirização da economia e a desigualdade social. No entanto, vários palestrantes opinaram que os entraves mais importantes na conjuntura atual, resultantes da financeirização, se condensam nas elevadas taxas de juros decorrentes da taxa básica praticada pelo Banco Central.

*Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), com pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Autor de vários livros, artigos e ensaios sobre economia brasileira, latino-americana e mundial. Professor voluntário do ICAL-UNILA. Diretor da Fundação Maurício Grabois e do Instituto Claudio Campos. Presidente do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo.

► Texto recebido em 09 de outubro de 2023; aprovado em 27 de outubro de 2023.

AGÊNCIA BRASIL. Haddad defende que desoneração da folha seja discutida junto com IR. **Agência Brasil**, 18 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/haddad-defende-que-desoneracao-da-folha-seja-discutida-junto-com-ir#:~:text=Uma%20eventual%20proposta%20do%20governo,ministro%20da%20Fazenda%2C%20Fernando%20Haddad>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BARBOSA, Nelson; MELLO, Guilherme Santos; ARAÚJO, Adilson; MARQUES, Rosa Maria. O desmonte de Bolsonaro e os primeiros dias do governo Lula. **Seminário 100 + 50: desafios do governo Lula** (1ª Mesa do Seminário), São Paulo, 2023. (1h58m49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/7Yp9ryZplbU?si=i6egz9ofmf2skf21>. Acesso em: 9 dez. 2023.

BC É CAIXA-PRETA e mantém juros contra a vontade nacional. **Hora do Povo**, 30 jul. 2023. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/bc-e-caixa-preta-e-mantem-juros-contra-a-vontade-nacional-afirma-marcio-pochmann/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BERTOLINO, Osvaldo. O jogo bruto da direita contra a agenda de Lula e Haddad. **Portal Grabois**, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://grabois.org.br/2023/07/20/o-jogo-bruto-da-direita-contra-a-agenda-de-lula-e-haddad/#:~:text=A%20grande%20quest%C3%A3o%20%C3%A9%20o,a%20grande%20preocup%C3%A7%C3%A3o%20da%20direita>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BC divulga o IBC-Br de maio de 2023. **Banco Central do Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/indeco/indicadoresselecionados/ie-01.xlsx>. Acesso em: 1 ago. 2023.

COUTINHO, Felipe. A verdadeira transição energética justa. **AEPET**, 21 jul. 2023. Disponível em: https://aepet.org.br/artigo/a-verdadeira-transicao-energetica-justa/?utm_source=meta&utm_medium=pago&fbclid=IwAR0GeXNPXMSiMVPLtqmFQsbJLczt6_WcXPF-FqiW4UrYAna1OgNaoW_UaG4_aem_AQP2b1AhJBULP2ZB3THQCdfWv4VA5bdpC7raFfyDNtSm5kmhoF6zTQlpQFZyV_Gi7N8xaF01K2fzT7avRLWohPsC. Acesso em: 30 jul. 2023.

FATTORELLI, Maria Lúcia; NAVARRO, Alexandre; HABERT, Allen; SOUZA, Nilson Araújo de. A reconstrução nacional e o novo projeto nacional de desenvolvimento. **Seminário 100 + 50: desafios do governo Lula** (3ª Mesa do Seminário), São Paulo, 2023. (3h27m12s). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/GEyC-FIAE-cM?si=mmB2N7XH9xOYzxx9>. Acesso em: 9 dez. 2023.

FGV/IBRE. Monitor do PIB-FGV aponta retração de 3,0% na atividade econômica em maio. **FGV/IBRE**, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/monitor-do-pib-fgv-aponta-retracao-de-30-na-atividade-economica-em-maio#:~:text=O%20Monitor%20do%20PIB%2DFGV,trimestre%20m%C3%B3vel%20findo%20em%20maio>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GOVERNO faz ajustes finais no Novo PAC, pede sigilo a governadores e prepara mega lançamento. **Brasil 247**, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/governo-faz-ajustes-finais-no-novo-pac-pede-sigilo-a-governadores-e-prepara-mega-lancamento>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GOVERNO FEDERAL. Bolsa Família de junho tem maior valor médio da história: R\$ 705,40. **Governo Federal**, 17 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/06/bolsa-familia-de-junho-tem-maior-valor-medio-da-historia-r-705-40#:~:text=Com%20o%20decreto%20que%20regulamenta,a%20R%24%20705%2C40>. Acesso em: 21 nov. 2023.

IBGE. PIB cresce 0,9% no 2º trimestre de 2023. **Agência de Notícias**, 2 set. 2023. Disponível em: <https://agencia-denoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37773-pib-cresce-0-9-no-2-trimestre-de-2023>. Acesso em: 21 nov. 2023.

IBGE. PIB cresce 1,9% no 1º trimestre de 2023. **Agência de Notícias**, 30 jul. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/producao-interna/indicadores-pib/2023/19-pib-cresce-1-9-no-1o-trimestre-de-2023>. Acesso em: 21 nov. 2023.

LESSA, Henrique. Difícilmente chegaremos à meta fiscal zero em 2024, reconhece Lula. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/10/5138177-difícilmente-chegaremos-a-meta-fiscal-zero-em-2024-reconhece-lula.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MONCAU, Gabriela. 11 milhões de casas vazias e 6 milhões de pessoas sem casa: o que explica a crise habitacional? **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/17/o-brasil-tem-11-milhoes-de-domicilios-vazios-e-6-milhoes-de-familias-sem-ter-onde-morar#:~:text=S%C3%A3o%20eles%3A%20a%20crescente%20popula%C3%A7%C3%A3o,cidades%20regidas%20pelo%20mercado%20imobili%C3%A1rio>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PARA 87% dos brasileiros, os juros elevados só ficam atrás da violência. **Hora do Povo**, 16 ago. 2023.

RABELO, Renato; SOUZA, Nilson Araújo de. Os desafios do novo governo Lula. **Portal Grabois**, São Paulo, 2023.

SAWAYA, Rubens; JABBOR, Elias, ANTUNES, Flauzino; OYAGWA, Lucca Gidra; MARCONI, Nelson. O arcabouço fiscal e a política de reconstrução nacional do governo Lula. **Seminário 100 + 50**: desafios do governo Lula (2ª Mesa do Seminário), São Paulo, 2023. (2h31m09s). Disponível em: https://www.youtube.com/live/22Xo_6oZ16c?si=4GHCdyAXGBtnLp4H. Acesso em: 9 dez. 2023.

SILVA, Orlando. Frente ampla contra os juros altos isolou herança bolsonarista no Banco Central. **Carta Capital**, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/frente-ampla-contra-os-juros-altos-isolou-heranca-bolsonarista-no-banco-central/#:~:text=Frente%20ampla%20contra%20os%20juros%20altos%20isolou%20heran%C3%A7a%20bolsonarista%20no%20Banco%20Central,-Esperamos%20que%20venha&text=Nesta%20quarta%20feira%2C%20o%20Conselho,j%C3%A1%20chegava%20h%C3%A1%203%20anos>. Acesso em: 21 nov. 2023.